



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

## ATA NÚMERO OITENTA E SETE

Aos trinta do mês de junho de 2021, pelas nove horas, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala seis do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**Ponto único** - Audições a propósito dos impactos ambientais e sociais da expansão das centrais fotovoltaicas, a requerimento do GP PSD:

**09H00** - Audição conjunta (*Skype*) da Coligação C6 (ANP/WWF, LPN, GEOTA, Quercus, FAPAS, SPEA)

**10H30** - Audição (*Skype*) da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

**11H30** - Audição Conjunta (*Skype*) da Agência Portuguesa do Ambiente, da Direção Geral de Energia e Geologia e da Direção Geral do Território

### - Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Luís Graça (PS); Alexandre Quintanilha (PS); Filipe Pacheco (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Hugo Martins Carvalho (PSD); Bruno Coimbra (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); Pedro Morais Soares (CDS/PP); Mariana Silva (PEV); Inês de Sousa Real (PAN)

### - Suplentes:

Fernando Paulo Ferreira (PS); Miguel Matos (PS); João Gomes Marques (PSD)

### - Faltas:

André Pinotes Batista (PS); Hugo Patrício Oliveira (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Joacine Katar Moreira (Ninsc).

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em

[http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20210630\\_1\\_VC.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210630_1_VC.mp3)

[http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20210630\\_2\\_VC.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210630_2_VC.mp3)

[http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20210630\\_3\\_VC.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210630_3_VC.mp3)

[http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20210630\\_4\\_VC.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210630_4_VC.mp3)

pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O **Vice-Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, Deputado Paulo Leitão**, abriu os trabalhos, cumprimentando os membros da Comissão presentes em sala e on-line bem como os representantes da **Coligação C6**: pela **LPN - Liga Portuguesa para a Natureza**, Jorge Palmeirim; pela **SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves**, Domingos Leitão, pela **QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza**, Rosário Rodrigues; pela **FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade**, Nuno Gomes Oliveira; pela **Associação Natureza Portugal (ANP)/World Wildlife Fund (WWWF)**, Catarina Grilo; pelo **GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente**, Miguel Sequeira e Patrícia Tavares.

Foi dado início à audição com a apresentação do requerimento a propósito dos impactos ambientais e sociais da expansão das centrais fotovoltaicas, pelo Senhor **Deputado Luis Leite Ramos** (PSD), seguida de exposições dos oradores convidados:

Pela **Associação Natureza Portugal (ANP)/World Wildlife Fund (WWWF)**, **Catarina Grilo** fez uma breve apresentação da Associação, referindo que a primazia dos princípios a refletir na Lei do Clima, assinalando que a criação de maior capacidade fotovoltaica não deve por em causa princípios ambientais.

Pela **SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves**, **Domingos Leitão**, referiu há 15 anos estava planeado um aumento desta fonte de energia, tendo em consideração vantagens de energias renováveis e impactos ambientais que podem advir. Foi realizado um encontro na Universidade de Coimbra, do qual resultaram uma serie de documentos para a acautelar para a sustentabilidade destes projetos, do qual resultaram listagens de boas práticas. Enunciou, no entanto, projetos mais recentes que obrigam à implantação de medidas de minimização muito complexas – o projeto da Serra dos Candeeiros afeta morcegos; o parque eólico no Sudoeste, entre outras problemáticas, recai numa zona migratória de aves.

Os impactos negativos poderiam ser evitados, propondo que se aprenda com os erros que se verificaram com as energia eólica desenvolver de forma mais eficiente.

Clarificou que a Associação não é contra este tipo de energia, que é um bom instrumento contra o carbono, mas que têm de ser acautelados impactos e, antes de se avançar com mega projetos, é importante que se faça planeamento estratégico.

Pela **LPN - Liga Portuguesa para a Natureza**, **Jorge Palmeirim** demonstrou que este tipo de instalações ocupam grandes áreas. Para que se venha a verificar uma penetração 25% a 30% no sector elétrico, implicaria a ocupação de uma parte muito grande dos territórios dos países (40%, quase metade da zona urbana da Europa). Não obstante as suas vantagens, as instalações de parques fotovoltaicos ameaça tem custos ambientais, verificando-se inclusivamente a instalação em terrenos de valor agrícola e REN, pois estão a ser concedidas autorizações para ocupação de terrenos RAN e REN, o que compromete valores naturais importantes. Referiu danos visuais da paisagem, impacto ambiental e económico, não só dos painéis mas também das linhas de transporte de energia desfeando a paisagem e criando riscos de colisão de aves (algumas com estatuto de ameaçadas). Salientou, no entanto, que uma estratégia apropriada permite minimizar impactos. Não deveriam ser os proprietários a definir as áreas de implantação, mas sim o Estado a indicar quais as áreas com maior potencial para serem colocados estes parques.

Pela **QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza**, **Rosário Rodrigues** defendeu as energias renováveis, mas condicionada a critérios rigorosos da sua sustentabilidade. Não pode ficar ao dispor dos promotores ou proprietários rurais. Considera impensável a colocação em zonas de REN, devendo ser excluídas de zonas de proteção rede natura 2000 e outras. Estão a localizar-se sobretudo no sul do país, o que leva a que exista forte preocupação com o ecossistema de montado (sobreiro e azinheira) que pode estar em crise. Linhas de transporte até ao ponto de entrega à rede comportam também riscos. Ter sido atribuída capacidade no leilão não implica necessariamente que sejam os concessionários a escolher os locais, a APA deve ter uma palavra na localização e impactos. Alertou para que não é feita avaliação de impactos ambientais das centrais com mais baixa capacidade de produção. Exemplificou situações como a Central fotovoltaica da Urbina, em Viseu, no perímetro florestal de São Salvador, com parecer negativo do ICNF – não foi suficiente para sustentar o projeto, que irá desflorestar uma grande área. A utilização deste tipo de painéis deve ser preponderantemente através de produção descentralizada, para incentivar instalações domésticas. Mencionou a necessidade de um programa financeiro específico e de uma iniciativa legislativa enquadradora que antecipe a localização destes parques e previna os seus impactos.

Pelo **GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente**, **Miguel Macias Sequeira** e **Patrícia Tavares** referiram que este tipo de produção de energia é importante para o desenvolvimento do país, contribuindo para diminuir os impactos negativos das alterações climáticas. Deve ser utilizada apostando no aumento da eficiência energética, na renovação do edificado e na mobilidade suave, pública, partilhada, que diminuiria a necessidade de energias poluentes. A localização deste tipo de instalações deve ser feita perto dos centros de consumo (diminuindo redes de transporte e custos ambientais), em edifícios degradado ou zonas desabitadas. A opção deve ser no descentralizado, com maior participação da população, “comunidades de energia”, reduzindo custos das famílias com energia. É essencial que sejam avaliados os riscos das centrais para as populações, compatibilizando com outras ocupações de uso do solo e melhoradas as condições de injeção na rede, garantindo acesso nas mesmas condições.

Pela **FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade**, **Nuno Gomes Oliveira**, subscreveu as intervenções anteriores. Mais energia é sempre mais poluição. Não precisamos, estamos a chegar ao limite da sustentabilidade, advogando o caminho do decrescimento. Assinalou a importância de proteger de forma muito rigorosa a paisagem. Passadiços, baloiços, são outras formas de destruir a paisagem. Precisamos de mudar as formas de produção de energia, mas não de produzir mais.

Intervieram os **Deputado Filipe Pacheco (PS)**, **Deputado Luis Leite Ramos (PSD)**, **Deputado Nelson Peralta (BE)**, **Deputado Duarte Alves (PCP)**, **Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP)** e **Deputada Inês Sousa Real (PAN)**, após o que os oradores convidados usaram o tempo colocado à disposição para responder às questões endereçadas.

\*\*\*

Após uma breve pausa, deu-se início à segunda fase da audição, a propósito dos impactos ambientais e sociais da expansão das centrais fotovoltaicas, a requerimento do GP PSD, com a audição da **Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**, representada pelo Presidente da Câmara Municipal da Batalha, Paulo Santos, membro do Conselho Diretivo da ANMP.

A introdução foi efetuada pelo Senhor **Deputado Luis Leite Ramos (PSD)**, sendo de imediato cedida a palavra ao representante da ANMP para uma exposição inicial.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Batalha, Paulo Baptista Santos**, em representação do **Conselho Diretivo da ANMP**, começou por agradecer o convite, afirmando que, no essencial, as preocupações dos municípios estão espelhadas no requerimento do PSD. Os municípios consideram que o objetivo de neutralidade carbónica deve ser atingido. As operações em concreto são grandes operações financeiras que resultam de processos de leilão que o Governo lançou para grandes concessões, que tem trazido grandes inquietações em termos de ordenamento do território. Têm surgido pedidos de instalação em territórios com fortes valores ambientais a proteger. Referiu a necessidade de uma Comissão de Acompanhamento, com *stakeholders* na área ambiental, para verificar a compatibilização dos requisitos ambientais com este tipo de infraestruturas, e assim permitir potencializá-las acautelando a preservação zonas de conservação e valorização ambiental.

Neste ponto dos trabalhos, o Presidente em exercício cedeu a condução dos trabalhos ao **Presidente da Comissão, Senhor Deputado José Maria Cardoso**.

Na ronda de intervenções, coube a palavra aos Senhores **Deputado Filipe Pacheco (PS)**, **Deputado Luis Leite Ramos (PSD)**, **Deputado Nelson Peralta (BE)**, **Deputado Duarte Alves (PCP)**, **Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP)** e **Deputada Bebiana Cunha (PAN)** após o que o representante da ANMP respondeu usou o tempo posto à disposição para responder às questões colocadas, assim se concluiu a audição.

\*\*\*

Na terceira parte da audição sobre impactos ambientais e sociais da expansão das centrais fotovoltaicas foram ouvidas a **Agência Portuguesa do Ambiente (APA)**, representada por Nuno Lacasta, Presidente do Conselho Diretivo; a **Direção Geral de Energia e Geologia (DGEC)**, representada pelo Diretor Geral; e a **Direção Geral do Território (DGT)**, representada pela Diretora Geral, Fernanda Carmo.

O requerimento que esteve na origem da audição foi apresentado pelo Senhor **Deputado Luis Leite Ramos (PSD)**. Concedida a palavra aos convidados para as respectivas exposições iniciais, interveio, em primeiro lugar, o Presidente do **Conselho Diretivo da APA, Nuno Lacasta**. Começou por algumas considerações genéricas, mencionando as metas ambiciosas traçadas por documentos estratégicos como o PNEC. Referiu que os potenciais conflitos de uso estão a ser tidos em conta e que têm sido objeto de avaliação ambiental estratégica, e de exercício contínuo

de planeamento e mapeamento. Considera que a avaliação de impacto ambiental é o único instrumento para uma avaliação integrada *a priori* e é o fórum correto para apreciar a viabilização dos projetos sobre efeitos cumulativos. A análise caso-a-caso prevista na lei serve em grande medida para isso mesmo, e quando são identificados esses potenciais efeitos cumulativos, os projetos são sujeitos a avaliação de impacto ambiental. Dos 600 pedidos de análise, em cerca de 15% foi considerada exigível avaliação de impacto ambiental e nessas avaliações de impacto ambiental que a APA tem vindo a acompanhar, têm-se suscitado situações que geram a necessidade de ajustamento. Relativamente à proliferação de infraestruturas e linhas elétricas numa determinada área têm sido decretadas medidas para mitigar a concentração.

Assim, em razão da necessidade de equilibrar vertentes como ocupação do território, valores da paisagem, sistemas ecológicos, concretização de metas de descarbonização, procedeu-se à identificação de potenciais diretrizes fruto da experiência, nomeadamente medidas de compensação para áreas que possam ser afectadas, multiplicação de estruturas de ligação a rede e possibilidades de partilha de redes existentes. Tem sido equacionada a imposição de distâncias específicas em relação a áreas populacionais, a linhas de água, a espécies arbóreas protegidas, bem como a introdução de exigência de auscultação de interlocutores locais e medidas de replantação de floresta noutros locais.

Deu ainda uma nota sobre painéis solares nas habitações e geração solar em parques dedicados, a propósito da pobreza energética: também aqui há que ter em conta que a produção dita centralizada permite preços de eletricidade mais baixos porque o custo por megawatt é inferior e, desta forma, contribui para combater a pobreza energética. Não obstante, 2 GW de painéis solares nos telhados é uma verdadeira revolução, que tardava, em Portugal, já que vem a par com o aumento do autoconsumo e o fomento das comunidades energéticas. Mas reiterou que ambas as abordagens são necessárias.

Seguiu-se a alocução inicial do **Diretor Geral da DGEC, João Correia Bernardo**, manifestando inteira concordância com a exposição anterior. Mostrou preocupação com a ocupação do território, justificando a preponderância deste tipo de instalações no sul do país por essa região reunir condições mais propensas a radiação solar. Minimizar esse impacto é muito relevante, mas esta é opção que permite oferecer melhor preço de energia aos cidadãos.

Usou depois a palavra **Diretora Geral da DGT, Fernanda Carmo**, afirmando o que foi dito por todos, combater as alterações climáticas implica transição energética e migrar para outras fontes de energia. Garantir os mix energéticos necessários ao objetivo proposto, para o qual se revela essencial a produção de energia solar. Os centroeletroprodutores são uma realidade que não

podemos ignorar e o facto de ocuparem áreas de grande dimensão não põe em causa na globalidade. Introduzir esta nova ocupação de uso do solo gera problemas que não são alheios ao ordenamento do território. O grande objetivo é a transição para fontes renováveis e a tipologia de conflitos com que se depara aqui não são novos, carecem de gestão. Enunciou aspetos descritos no PNPT demonstrativos de que estes centros poderão trazer benefícios na ocupação do solo, no âmbito dos instrumentos de que se dispõe. A perspectiva da DGT é a de encontrar as melhores localizações, menos impactantes, cumprindo os programas e planos em vigor, compatibilizando com o património natural.

Colocaram questões os Senhores **Deputado Filipe Pacheco (PS)**, **Deputado Luis Leite Ramos (PSD)**, **Deputado Nelson Peralta (BE)**, **Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP)** e **Deputada Bebiana Cunha (PAN)**.

Na última fase da audição, as entidades convidadas responderam aos temas colocados, após o que o Senhor Presidente da Comissão agradeceu a participação de todos e concluiu a audição.

\*\*\*

Antes do término da reunião, o Senhor Presidente da Comissão pediu a atenção para uma breve rubrica de outros assuntos.

Foi transmitido que, sobre o mesmo tema das audições hoje realizadas (centrais fotovoltaicas) deu entrada um **requerimento do GP PAN** para audição do Ministro do Ambiente e Ação Climática e do Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas a propósito da aprovação do projeto de construção de Central Fotovoltaica da Torre Bela e de outras no centrais no país. Tendo sido aceite a sua inclusão na OT, o requerimento foi **aprovado por unanimidade**.

O Presidente recordou ainda que foi remetido pela Comissão para o GT Audiências o pedido de audiência de cidadãos sobre a instalação da central fotovoltaica mais potente da Europa, numa área de cerca de 1200 hectares, no concelho de Santiago do Cacém.

Relativamente ao **pedido de audiência da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais**, que foi remetido aos Senhores Deputados, juntamente com o Relatório do Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais, tendo sido considerado que a audiência deveria ser realizada em Comissão.



Por último, foi dada nota dos trabalhos da Comissão até ao final da sessão legislativa e, pelas 13H10, encerrados os trabalhos.

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2021

**O Presidente da Comissão,**

(José Maria Cardoso)

IG/